

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO JURÍDICA: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

*UNIVERSITY EXTENSION AND LEGAL EDUCATION: A THEORETICAL-METHODOLOGICAL APPROACH TO CRITICAL FORMATION AND THE PROMOTION OF HUMAN RIGHTS*

## **Douglas Verbicaro Soares<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, RR, Brasil

## **Herivania Silva da Mata<sup>2</sup>**

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, RR, Brasil

## **Brandoon Gabriel Gomes da Silva<sup>3</sup>**

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, RR, Brasil

## **Vivian Maia Souza<sup>4</sup>**

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, RR, Brasil

## **Alice Aissa Reis Santos<sup>5</sup>**

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, RR, Brasil

## **Melina Aparecida Cápia Amorim Sibaldo<sup>6</sup>**

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, RR, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i6.679>

Aceito em: 12.06.2026

- 1 Doutor em Direito e Professor do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Coordenador do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade. Registro ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9242-9124>. E-mail: [douglas\\_verbicaro@yahoo.com.br](mailto:douglas_verbicaro@yahoo.com.br)
- 2 Acadêmica do curso de Gestão de Políticas Públicas na Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (LADIHGES). Registro ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4551-3616>. E-mail: [herivaniadamata@gmail.com](mailto:herivaniadamata@gmail.com)
- 3 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedades e Fronteira (PPGSOF-UFRR). Pesquisador do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (LADIHGES). Registro ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4156-1465>. E-mail: [brandoongabriel@yahoo.com](mailto:brandoongabriel@yahoo.com)
- 4 Acadêmica do curso de Direito na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (LADIHGES). Registro ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3042-9282>. E-mail: [vivianmaiasouza1@gmail.com](mailto:vivianmaiasouza1@gmail.com)
- 5 Acadêmica do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Cathedral e graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (LADIHGES). Registro ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3042-9282>. E-mail: [aliceaissareissantos@gmail.com](mailto:aliceaissareissantos@gmail.com)
- 6 Acadêmica do curso de Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Grupo de Estudos D. Isabel Macintyre (GEDIM/CNPq/UFAL). Pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (LADIHGES). Registro ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8817-9307>. E-mail: [melinasibaldo1584@gmail.com](mailto:melinasibaldo1584@gmail.com)



**Resumo:** O presente artigo analisa as relações entre extensão universitária e educação jurídica, propondo uma reflexão teórico-metodológica sobre o papel transformador da universidade na promoção dos Direitos Humanos e na formação crítica de estudantes de Direito. Parte-se da compreensão de que a extensão universitária constitui dimensão essencial do ensino superior; ao articular o saber acadêmico às demandas da realidade social, especialmente em contextos de vulnerabilidade. No campo jurídico, essa articulação mostra-se fundamental para a construção de práticas profissionais comprometidas com a justiça social, a equidade e a efetivação de direitos. Justifica-se o estudo pela necessidade de repensar os modelos tradicionais de ensino jurídico, ainda marcados por abordagens excessivamente teóricas e distanciadas das problemáticas sociais concretas, o que limita a formação crítica e humanística dos futuros profissionais do Direito. Nesse sentido, a extensão universitária emerge como estratégia pedagógica capaz de aproximar teoria e prática, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes de seu papel social. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar de que maneira a extensão universitária pode contribuir para a formação crítica e humanística no ensino jurídico, a partir da experiência do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade, cujas ações evidenciam práticas inovadoras e socialmente comprometidas. Adota-se uma abordagem quanti-qualitativa, de natureza teórica, fundamentada em autores como Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos e Luis Alberto Warat. Conclui-se que a incorporação sistemática da extensão universitária nos currículos jurídicos fortalece a formação integral dos estudantes e favorece o desenvolvimento de práticas jurídicas mais democráticas, inclusivas e alinhadas à promoção dos Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** Extensão universitária; Educação jurídica; Direitos Humanos; Formação crítica.

**Abstract:** This article analyzes the relationship between university extension and legal education, proposing a theoretical-methodological reflection on the transformative role of the university in promoting Human Rights and fostering the critical education of law students. It is based on the understanding that university extension is an essential dimension of higher education, as it connects academic knowledge with social realities, especially in contexts of vulnerability. In the legal field, this articulation is fundamental for the development of professional practices committed to social justice, equity, and the effective realization of rights. This study is justified by the need to rethink traditional models of legal education, which are often characterized by excessively theoretical approaches and detachment from concrete social issues, thereby limiting the critical and humanistic development of future legal professionals. In this context, university extension emerges as a pedagogical strategy capable of bridging theory and practice, contributing to the formation of individuals who are more aware of their social role. The general objective of this research is to analyze how university extension can contribute to critical and humanistic education in legal studies, based on the experience of the Human Rights, Gender, and Sexuality Laboratory, whose actions demonstrate innovative and socially engaged practices. The study adopts a qualitative, theoretical approach, grounded in the works of Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos, and Luis Alberto Warat. It concludes that the systematic incorporation of university extension into legal curricula strengthens students' comprehensive education and promotes more democratic, inclusive, and human rights-oriented legal practices.

**Keywords:** University extension; Legal education; Human Rights; Critical education; Social justice.

## 1 Introdução

A formação jurídica brasileira tem sido historicamente marcada por um modelo tradicional centrado na transmissão dogmática do conhecimento, com forte ênfase na técnica normativa e reduzida articulação com a realidade social (Rodrigues, 2005). Esse modelo tende a produzir profissionais pouco preparados para lidar com as complexidades sociais contemporâneas, especialmente aquelas relacionadas às desigualdades estruturais e à efetivação dos Direitos Humanos.

Nesse cenário, a extensão universitária assume papel fundamental ao promover a interação entre universidade e sociedade, possibilitando a construção de conhecimentos situados e socialmente relevantes (Santos, 2010). A extensão, enquanto prática acadêmica, rompe com a lógica vertical de ensino e promove o diálogo entre saberes, conforme proposto por Paulo Freire (1987), ao defender uma educação baseada na problematização da realidade. Com essa abordagem, pensar no ensino jurídico adotando múltiplas formas de entender as conjunturas sociais que rodeiam as realidades dos cursos jurídicos e a ligação com as sociedades locais, discentes e docentes.

Assim, este artigo tem como objetivo discutir a relação entre extensão universitária e educação jurídica, evidenciando sua importância para a formação crítica e para a construção de práticas jurídicas comprometidas com a justiça social.

## 2 Fundamentação teórico-metodológica do artigo

A extensão universitária é compreendida como um dos pilares da educação superior, ao lado do ensino e da pesquisa, configurando-se como espaço de articulação entre conhecimento acadêmico e demandas sociais (FORPROEX, 2012). Essa concepção está alinhada às diretrizes da educação crítica, que reconhece a produção do conhecimento como um processo coletivo, histórico e situado. Não é à toa que a extensão integra as bases das Instituições de ensino superior e a relação com o retorno social dos trabalhos desenvolvidos e ofertados para a sociedade.

A pedagogia freireana constitui referência central nesse campo, ao propor uma educação dialógica, em que educador e educando constroem saberes de forma conjunta, a partir da realidade concreta (Freire, 1987). Nesse sentido, a extensão universitária atua como prática pedagógica que viabiliza essa interação, permitindo a construção de conhecimento a partir da experiência social, prática e próxima dos anseios de diferentes contextos que se manifestam nas relações intrínsecas dos cursos jurídicos e seus agentes, levando em consideração as necessidades locais.

No campo do Direito, essa abordagem dialoga com as perspectivas críticas da educação jurídica, que questionam o formalismo e defendem uma formação mais sensível às questões sociais (Warat, 1995). Para Boaventura de Sousa Santos (2010), a universidade deve assumir um papel ativo na democratização do conhecimento, promovendo o reconhecimento de saberes plurais, o que ele denomina “epistemologias do Sul”.

Metodologicamente, o artigo adota uma abordagem quanti-qualitativa e bibliográfica, analisando contribuições teóricas relevantes para compreender as interseções entre extensão universitária e educação jurídica. A investigação está estruturada em três partes. A primeira direcionada para a extensão universitária e educação jurídica. O segundo momento do estudo aborda o LADIHGES e a formação jurídica crítica. A parte final versa sobre gênero, sexualidade e Direitos Humanos, analisando os seus desafios contemporâneos e a necessidade de sensibilização social.

### **3 Extensão universitária e educação jurídica**

A integração entre extensão universitária e educação jurídica representa um caminho estratégico para a transformação do ensino do Direito. Por meio de práticas extensionistas, estudantes são inseridos em realidades concretas, o que possibilita compreender o Direito não apenas como um sistema normativo, mas como prática social (Santos, 2010). Essa experiência contribui para o desenvolvimento de competências fundamentais, tais como: pensamento crítico; sensibilidade social; capacidade de atuação em contextos diversos; compromisso com os Direitos Humanos. As ações e estratégias do LADIHGES vêm nesse sentido de promover perspectivas distintas para entender o ensino jurídico como um instrumento a mais para fomentar as habilidades de discentes e docentes dos cursos de Direito pelo país.

Nessa abordagem, a extensão promove a superação do ensino jurídico tradicional, aproximando a formação acadêmica das demandas reais da sociedade. Conforme Warat (1995), o ensino jurídico deve incorporar dimensões éticas e políticas, rompendo com a neutralidade aparente do Direito. Apesar de suas potencialidades, a consolidação da extensão universitária na educação jurídica enfrenta desafios importantes. Entre eles, destacam-se: a resistência de modelos tradicionais de ensino (Rodrigues, 2005); a insuficiente valorização da extensão nos currículos acadêmicos; limitações institucionais e de financiamento; necessidade de formação docente adequada, exemplos dessas limitações se encontram nas limitadas previsões em temas sensíveis, como o letramento racial, de classe, gênero e/ou diversidade sexual em matérias dos programas políticos e pedagógicos dos respectivos cursos.

Por outro lado, a curricularização da extensão, prevista nas políticas educacionais brasileiras, abre novas possibilidades para a integração entre teoria e prática, contribuindo para uma formação mais crítica e comprometida com a realidade social. Mas essa novidade ainda encontra empecilhos, seja nas resistências de docentes na implementação e ensino desses temas na grade curricular dos cursos de Direito.

As ações desenvolvidas no âmbito do presente Laboratório têm como ponto de partida o acolhimento de discentes e profissionais, promovendo espaços de reflexão crítica sobre as realidades socioculturais contemporâneas. Tal abordagem visa estimular a construção do senso crítico, capacitando-os para identificar problemas sociais e propor alternativas para sua resolução (Verbicaro Soares, 2024). A partir dessa iniciativa, observou-se o engajamento dos participantes

no questionamento de práticas excludentes e na superação de barreiras que dificultam o acesso ao direito, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, as atividades do LADIHGES demandam uma formação específica voltada aos Direitos Humanos. A proposta pedagógica busca integrar discentes e profissionais às diversas conjunturas sociais por meio de uma análise interseccional, promovendo uma compreensão ampliada dos temas correlatos. Assim, pretende-se formar sujeitos capazes de atuar de maneira efetiva no enfrentamento das desigualdades, assumindo o papel de agentes de promoção da igualdade e defensores dos Direitos Humanos.

As iniciativas do Laboratório também se orientam pelo incentivo à participação ativa dos seus integrantes no ambiente universitário, considerando a responsabilidade social decorrente do investimento público na educação superior. Desse modo, o LADIHGES consolida-se não apenas como um espaço de troca de experiências, mas também como um ambiente formativo que oferece múltiplas abordagens teóricas e práticas, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e profissional. Ademais, possibilita aos participantes o contato direto com demandas sociais, favorecendo a identificação de problemas concretos e a construção de soluções, tanto no âmbito acadêmico quanto na vida em sociedade, por meio da participação em debates, ações de extensão, pesquisas e atividades de ensino jurídico.

Nessa perspectiva inovadora, o Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade tem se dedicado à sensibilização em temas considerados sensíveis, com especial atenção à formação de discentes e futuros profissionais aptos a enfrentar os desafios de uma sociedade marcada por preconceitos e discriminações, especialmente nas esferas dos Direitos Humanos, de gênero e da sexualidade.

Entre as iniciativas desenvolvidas pelo LADIHGES, destaca-se a coletânea publicada em 2024, intitulada *“As cores da música: sensibilização sobre Direitos Humanos, gênero e sexualidade”*, vinculada ao projeto de extensão de registro nº PJ084, denominado *“A música para a sensibilização em Direitos Humanos: ações e estratégias do LADIHGES”*. Criado no mesmo ano, o projeto teve como objetivo fortalecer a integração entre discentes, docentes e a comunidade externa, ampliando a participação social nas atividades do Laboratório, sediado em Boa Vista.

Essa iniciativa propõe uma nova forma de interação com a música, compreendida como recurso pedagógico capaz de despertar emoções e fomentar reflexões críticas a partir de suas letras e narrativas. Ao explorar as intersecções entre arte, Direitos Humanos, gênero e sexualidade, o projeto busca promover uma sensibilização crítica e estética, contribuindo para uma compreensão mais profunda das experiências humanas em suas múltiplas dimensões. Espera-se, assim, estimular não apenas a fruição artística, mas também o desenvolvimento de empatia e consciência social diante das questões contemporâneas (Verbicaro Soares, 2026, p. 125).

Desde 2019, o LADIHGES já produziu mais de uma centena de trabalhos, incluindo lives informativas, palestras, visitas guiadas de estudantes do ensino médio, mostras acadêmicas, artigos científicos, capítulos de livros e obras publicadas em coautoria com discentes de graduação.

Destaca-se, nesse conjunto, o uso recorrente das artes, especialmente da música, como ferramenta de sensibilização em Direitos Humanos. Essas ações têm contribuído significativamente para o desenvolvimento do senso crítico dos participantes e para a consolidação de uma proposta de ensino jurídico humanizado, particularmente relevante diante dos dados que indicam a região norte como uma das mais afetadas por violência contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ (Verbicaro Soares, 2021, p. 232).

Nesse percurso, diversos estudos foram produzidos, entre os quais se destacam: *“Discriminação Homossexual na Ideologia Cristã”*; *“Alternativa Educacional Artística para a Sensibilização em Momentos de Pandemia”*; *“Transgêneros e Forças Armadas Brasileiras: caminhos para a inclusão social”*; *“Estudos sobre Direitos Humanos e Sexualidade”*; *“A transição de pessoas transgênero no sistema de saúde pública brasileiro”*; e *“O caso Itaberli Lozano: perspectivas sobre a homofobia no Brasil”*.

As atividades do LADIHGES têm resultado em publicações em periódicos e eventos científicos nacionais e internacionais, com participação do coordenador do Laboratório, de forma individual ou em coautoria com os estudantes. Esses resultados evidenciam a relevância e a qualidade do trabalho desenvolvido, além de reforçarem seu potencial como modelo inspirador para outras instituições, especialmente no que se refere à promoção de um ensino jurídico interdisciplinar e socialmente comprometido. As temáticas abordadas abrangem desde os direitos dos povos originários e tradicionais até áreas como relações de consumo, proteção de dados, gênero e diversidade sexual, direito do trabalho, processo civil e saúde pública, ampliando as possibilidades de aplicação prática do conhecimento jurídico.

No tocante à avaliação, os participantes são acompanhados a partir de sua atuação nos encontros e nas atividades desenvolvidas no âmbito do Laboratório. Esse processo inclui o atendimento a demandas sociais reais, permitindo a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos e o fortalecimento de competências como pensamento crítico, criatividade e resolução de conflitos.

Dessa forma, a proposta de sensibilização multidisciplinar em Direitos Humanos, desenvolvida pelo LADIHGES, contribui para a formação de profissionais comprometidos com a transformação social, capazes de atuar como agentes multiplicadores de conhecimento. Ressalta-se, ainda, que essas práticas vêm sendo divulgadas em eventos acadêmicos nacionais e internacionais, nos quais ações integradas de ensino, pesquisa e extensão têm gerado resultados relevantes, promovendo a troca de saberes e servindo de referência para outras instituições de ensino superior.

#### **4 LADIHGES e a formação jurídica crítica: Ensino, Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos**

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Direito da Universidade Federal de Roraima (PPPC/2022) estabelece, desde sua estrutura inicial, diretrizes institucionais voltadas à promoção de valores fundamentais, dentre os quais se destaca a “Política de Valorização da Diversidade, Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial”. Essa política orienta-se pela perspectiva de consolidar a UFRR como referência nos âmbitos local, regional, nacional e internacional, especialmente no enfrentamento às diversas formas de discriminação estrutural presentes na sociedade brasileira, tais como aquelas relacionadas à raça, gênero, sexualidade, geração e deficiência (Roraima, 2022, p. 20).

No âmbito específico do curso de Direito, o PPPC/2022 também contempla a política de extensão universitária, na qual se insere o Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (LADIHGES), evidenciando a centralidade dessas temáticas na formação acadêmica e profissional dos discentes (Verbicaro Soares, 2024, p. 399-400).

A criação e o fortalecimento do LADIHGES articulam-se com a necessidade de integração entre educação e sociedade, reconhecendo o papel estratégico da universidade pública como agente de transformação social. Nesse sentido, o Núcleo de Práticas Jurídicas e Defesa dos Direitos Humanos (NPJDH) da UFRR, em conjunto com o LADIHGES, desenvolveu, no período de 2019 a 2024, um expressivo conjunto de atividades de pesquisa e extensão, totalizando mais de cem produções acadêmicas, entre oficinas, artigos científicos e capítulos de livros, com enfoque nos temas de gênero, sexualidade e Direitos Humanos.

Cabe destacar que o LADIHGES foi instituído no contexto de um processo de reestruturação do NPJDH, ocorrido entre 2019 e 2022, sob a coordenação do professor Douglas Verbicaro, com o objetivo de aprimorar a formação acadêmica e responder aos desafios impostos pela pandemia de Covid-19 (Universidade Federal de Roraima, 2022). Essa reestruturação buscou não apenas reorganizar práticas pedagógicas, mas também ampliar o alcance das atividades extensionistas e de pesquisa.

A concepção do LADIHGES decorreu da necessidade de criar um espaço institucional voltado ao debate qualificado de temas historicamente marginalizados no contexto regional, bem como de suprir a escassez de referências bibliográficas e acadêmicas disponíveis sobre tais questões no âmbito da UFRR (Verbicaro Soares, 2024). A partir dessa demanda, o Laboratório passou a desenvolver atividades sistemáticas de pesquisa e extensão, contando com estrutura própria e promovendo a participação ativa de discentes e docentes na construção do conhecimento jurídico crítico.

Paralelamente a essas iniciativas, a UFRR implementou, em 2022, projetos extensionistas voltados ao apoio de grupos em situação de vulnerabilidade, como a oferta de aulas de boxe destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica e a pessoas LGBTQIAPN+. Tal projeto teve como objetivo contribuir para o fortalecimento físico e psicológico dos participantes, enfatizando práticas de autocuidado e prevenção da violência (Universidade Federal de Roraima, 2022). Essa ação insere-se em um contexto marcado por elevados índices de violência no estado

de Roraima, reforçando a importância de iniciativas institucionais voltadas à proteção desses grupos.

No campo acadêmico, o impacto dessas ações se reflete na produção de estudos relacionados aos Direitos Humanos, com destaque para as discussões sobre gênero e diversidade sexual. A influência de modelos internacionais de ensino, especialmente a partir de experiências acadêmicas implementadas desde 2019, contribuiu para a adoção de metodologias voltadas à resolução de conflitos por meio de práticas conciliatórias e à promoção da sensibilização em Direitos Humanos (Direitos Humanos Lab, 2023).

Entre 2019 e 2023, foram desenvolvidos mais de 60 trabalhos acadêmicos, abordando temas centrais como diversidade sexual e identidade de gênero (Direitos Humanos Lab, 2023). Esse quantitativo foi ampliado nos anos subsequentes, totalizando, entre 2019 e 2024, ao menos 86 projetos de pesquisa vinculados ao NPJDH e ao LADIHGES (Universidade Federal de Roraima, 2024). Dentre esses, destacam-se iniciativas como: “Perspectivas de Discriminação de Gênero e Orientação Sexual” (2019); “Migrantes Venezuelanos LGBTQs em Roraima” (2020); “Visibilidade Social por Meio da Influência Musical em Temas Transgêneros” (2021); “Violência Obstétrica à Luz do Direito Médico” (2022); “Gênero e Diversidade Sexual: A Cruzada Ideológica” (2023); e “Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade no Curso de Direito da UFRR” (2024) (Verbicaro Soares, 2026, p. 140).

No ano de 2024, as atividades do Laboratório alcançaram maior amplitude, com a realização de projetos de pesquisa e extensão que exploram temáticas contemporâneas e interdisciplinares, como gênero, violência, saúde, direitos reprodutivos, diversidade sexual e justiça social. Entre essas iniciativas, destacam-se projetos que utilizam a música como ferramenta de sensibilização em Direitos Humanos, evidenciando o caráter inovador das metodologias adotadas.

Ademais, as ações extensionistas desenvolvidas pelo LADIHGES, tais como eventos acadêmicos, mostras científicas e projetos comunitários, reforçam o compromisso institucional com a democratização do conhecimento jurídico e com a promoção de debates públicos qualificados. Como resultado, mais de duzentos participantes, entre discentes, docentes e técnicos, já foram diretamente envolvidos nas atividades do Laboratório, ampliando seu impacto social e acadêmico na região.

No ambiente digital, o LADIHGES também se destaca pela utilização de redes sociais como instrumento de divulgação científica e de diálogo com a sociedade, por meio da realização de transmissões ao vivo e debates sobre temas relacionados aos Direitos Humanos, gênero e sexualidade. Essas práticas reforçam o papel da universidade pública como espaço de produção e difusão de conhecimento acessível à população.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que, diante das limitações das políticas públicas, a universidade desempenha papel complementar relevante, atuando não apenas na formação acadêmica, mas também na problematização de desigualdades sociais e na defesa de direitos fundamentais (Campos; Castilho; Machado, 2022, p. 9). Assim, iniciativas como as

desenvolvidas pelo LADIHGES contribuem para o fortalecimento do debate acadêmico e para a construção de uma cultura de respeito à diversidade (Soares; Castilho, 2023).

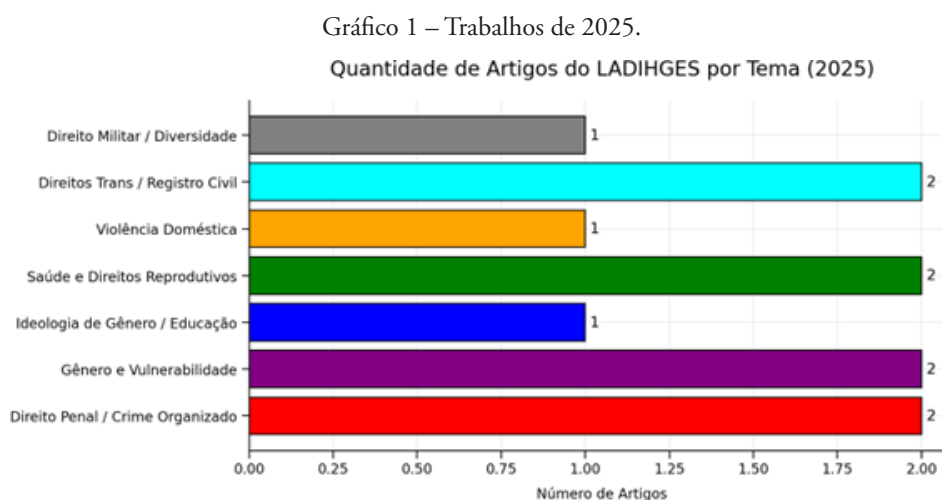
A identificação de obstáculos à efetivação da igualdade material e do acesso a direitos constitui etapa essencial para a formulação de estratégias institucionais e políticas públicas voltadas à inclusão social (Verbicaro Soares, 2024). Nesse sentido, o LADIHGES atua de forma propositiva na elaboração de ações e recomendações voltadas à superação de práticas discriminatórias, especialmente no campo do ensino jurídico.

Como exemplo concreto dessa atuação, destaca-se a elaboração, em 2023, de nota técnica voltada à revisão da política de ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu* da UFRR, com ênfase na inclusão de pessoas transgênero. O documento fundamentou-se na necessidade de ampliação de direitos, na existência de políticas semelhantes em outras universidades e na constatação de desigualdades estruturais que afetam esse grupo social, incluindo altos índices de evasão escolar e exclusão do ensino superior (Verbicaro Soares, 2014, p. 157-158).

Essa iniciativa contribuiu para o processo de revisão normativa iniciado em 2024, evidenciando o impacto concreto das ações do LADIHGES na promoção da inclusão social e no fortalecimento das políticas institucionais de Direitos Humanos. Dessa forma, o Laboratório consolida-se como um espaço estratégico de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, comprometido com a transformação social e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em 2025, a produção científica esteve concentrada na produção de artigos científicos, capítulos de livros e livros, assim como na apresentação de trabalhos em eventos diversos. Em gráficos, o Laboratório apresenta o seguinte quantitativo:

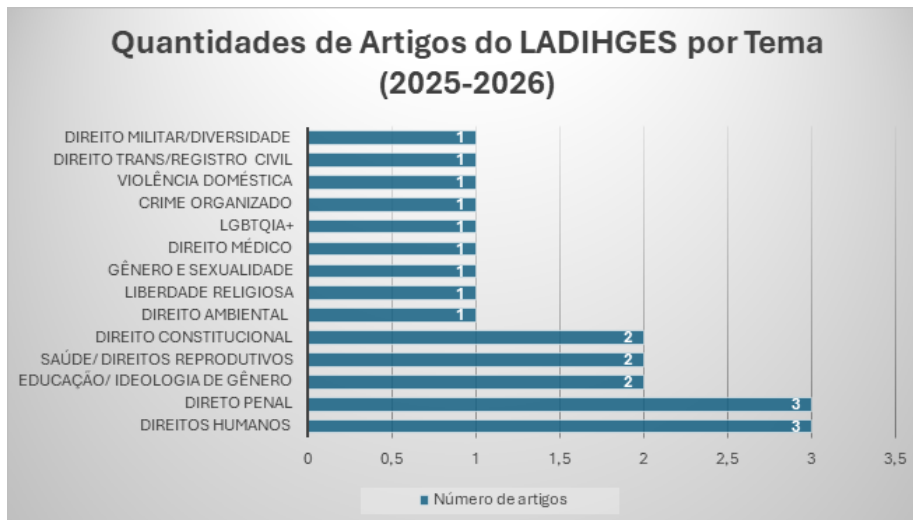
No primeiro gráfico do estudo, se destaca a análise com base nos artigos do ano de 2025, desenvolvidos pelo Laboratório.



Fonte: Elaboração própria com auxílio do Microsoft 365 Copilot, 2026.

Seguidamente, os dados explicitam uma análise ampliada com os dois períodos do estudo, ou seja, 2025 e 2026 como registro de informações coletadas na abordagem da presente investigação.

Gráfico 2 – Números plasmados em artigos de 2025 e 2026.



Fonte: Elaboração própria com auxílio do Microsoft 365 Copilot, 2026.

Já no segundo gráfico da investigação, se tem uma projeção dos trabalhos desenvolvidos nos períodos de 2025 e 2026 pelo Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade - LADIHGES. O gráfico destaca uma concentração da produção científica nas áreas de Direitos Humanos e Direito Penal, o que demonstra o alinhamento do LADIHGES com debates centrais relacionados à justiça social e à garantia de direitos. Sob uma vertente epistemológica, essa centralidade não é neutra, mas revela um regime de produção de saber comprometido com determinadas problemáticas sociais, evidenciando objetos reconhecidos como primordiais no campo jurídico-acadêmico. Observa-se, também uma desmembração temática em áreas como gênero, sexualidade, violência doméstica e questões LGBTQIA+ que, embora presentes, apareceram de forma menos expressiva, indicando campos e lacunas que podem ser aprofundados em futuros estudos e publicações.

Gráfico 3 – Representação em artigos.

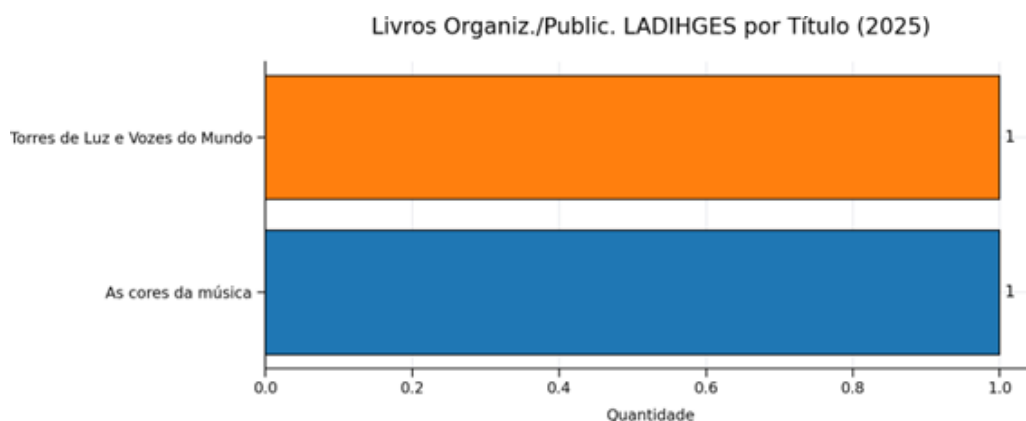


Fonte: Elaboração própria com auxílio do Microsoft 365 Copilot, 2026.

Já no terceiro gráfico da investigação, se tem uma projeção dos artigos completos publicados nos períodos de 2025 e 2026 pelo Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade - LADIHGES.

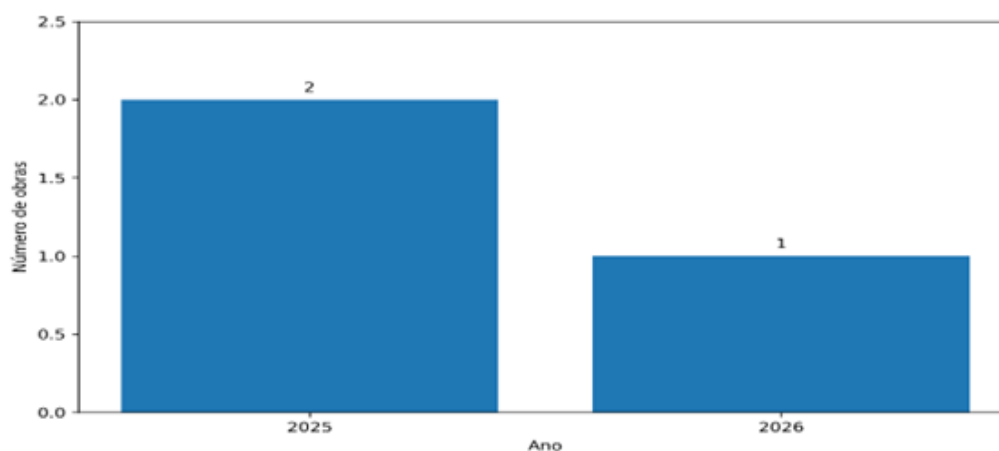
Em seguida, o estudo explicita o número de livros do LADIHGES no ano de 2025.

Gráfico 4 – Explicitação de livros organizados pelo LADIHGES.



Fonte: Elaboração própria com auxílio do Microsoft 365 Copilot, 2026.

Gráfico 5 - Livros do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (2025–2026).



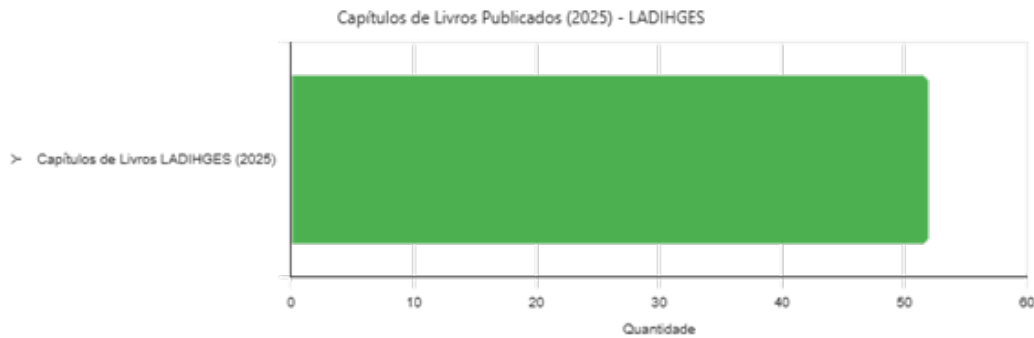
Os dados utilizados para a elaboração deste gráfico foram obtidos a partir do currículo Lattes do professor Douglas Verbicario Soares, coordenador e pesquisador vinculado ao Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade. Para a construção da análise, foram consideradas exclusivamente as produções classificadas na seção “Livros publicados/organizados ou edições”, referentes ao período de 2025 a 2026.

A escolha do currículo Lattes como fonte de dados justifica-se por sua relevância como principal plataforma nacional de registro da produção científica, acadêmica e técnica de pesquisadores brasileiros. Dessa forma, as informações apresentadas refletem dados oficiais declarados pelo próprio pesquisador, conferindo confiabilidade e transparência ao levantamento realizado. Além de evidenciar a produtividade acadêmica do laboratório, o gráfico demonstra

o compromisso contínuo da equipe com a difusão do conhecimento nas áreas de Direitos Humanos, gênero, sexualidade, arte e cidadania.

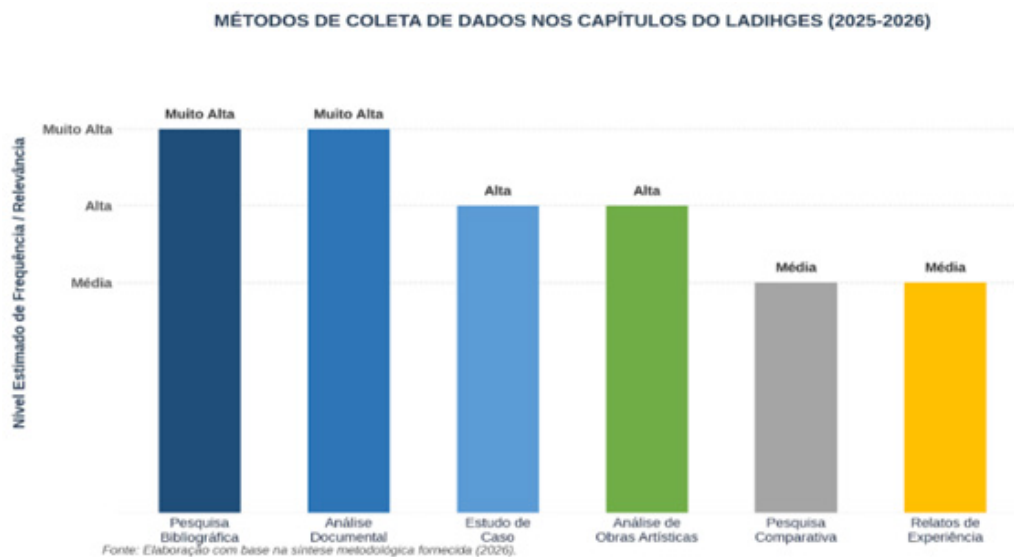
Seguidamente, a abordagem dos capítulos desenvolvidos no mesmo período.

Gráfico 6 – Análise de capítulos de 2025.



Fonte: Elaboração própria com auxílio do Microsoft 365 Copilot, 2026.

Gráfico 7 – Resultados de capítulos em 2025 e 2026.



Fonte: Elaboração própria com auxílio do Microsoft 365 Copilot, 2026.

Nessa abordagem, se destaca que o panorama geral da produção (2025-2026) do LADIHGES apresenta, nesses dois anos, a seguinte estrutura plasmada nos temas principais das linhas de pesquisa de Direitos Humanos; Gênero e Feminismos; Sexualidade e Diversidade Sexual; População LGBTQIA+; Violência contra a mulher; Racismo estrutural; Povos indígenas; Migração e refúgio; Direitos sociais; Educação em Direitos Humanos; Arte, música e cinema como ferramentas de sensibilização e Direitos Humanos comparados:

Gráfico 8 – Indicadores de capítulos.

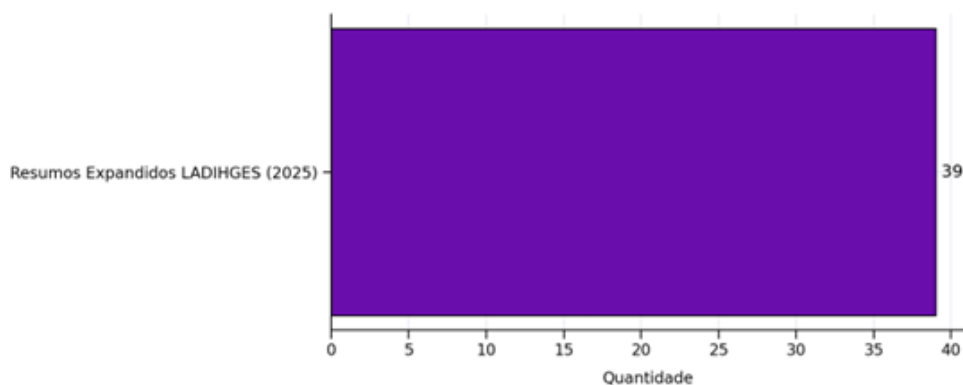
Ano	Livros vinculados ao laboratório	Nº aproximado de capítulos
2025	As cores da música	25
2025	Torres de Luz e Vozes do Mundo	24
2025	Produção científica de pesquisadores LGBTQIA+ e aliados no Brasil	2
2025	Ressonâncias de luta	1
2026	Entre Bandeiras e Fronteiras	23
Total	5 obras	75 capítulos

Fonte: Elaboração própria com auxílio do Microsoft 365 Copilot, 2026.

Esses temas refletem diretamente as atividades de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas pelo Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (LADIHGES/UFRR). Com essa conjuntura de ações, o presente estudo plasma a quantidade de resumos expandidos publicados em participações em eventos científicos.

Gráfico 9 – Abordagem sobre resumos expandidos.

## Resumos Expandidos em Anais de Congressos (2025) - LADIHGES

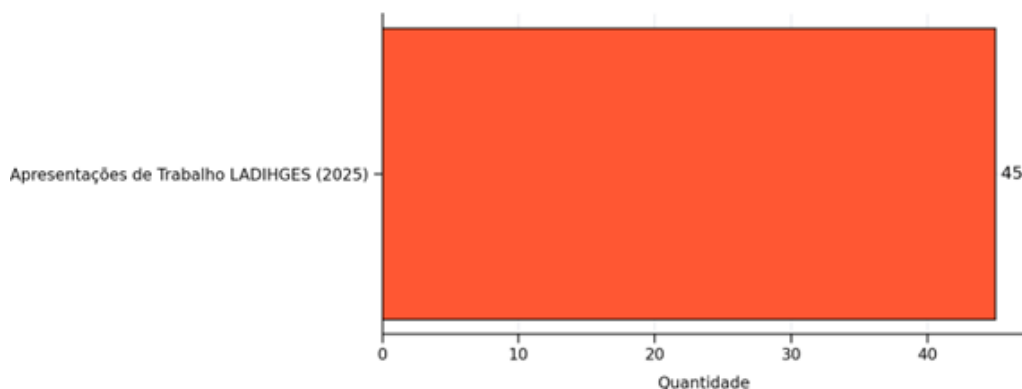


Fonte: Elaboração própria com auxílio do Microsoft 365 Copilot, 2026.

Após a investigação retratar o número de resumos expandidos publicados, o estudo conduz para o resultado numérico das apresentações de trabalhos, por integrantes, do Laboratório em eventos científicos pelo país.

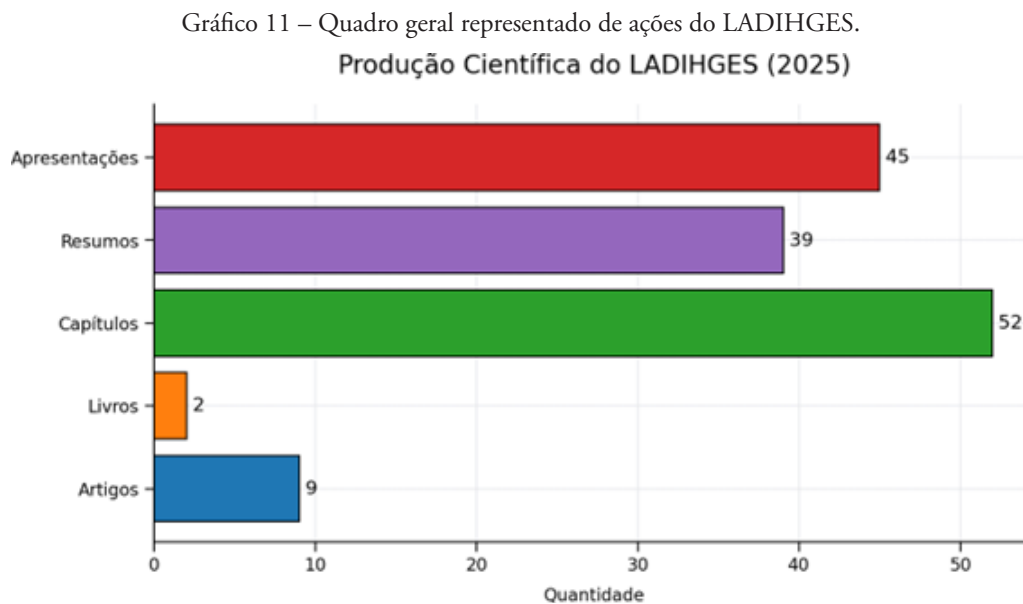
Gráfico 10 – Números representativos de apresentações em eventos científicos.

## Apresentações de Trabalho (2025) - LADIHGES



Fonte: Elaboração própria com auxílio do Microsoft 365 Copilot, 2026.

Por último, o estudo analisa, em gráfico, os dados dos quadros anteriores, fazendo um quadro explicitado das informações reunidas.



Fonte: Elaboração própria com auxílio do Microsoft 365 Copilot, 2026.

A produção científica do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (LADIHGES), no ano de 2025, evidencia um elevado nível de produtividade acadêmica, com expressiva diversidade de formatos e forte inserção em diferentes espaços de difusão do conhecimento.

No período analisado, foram contabilizadas 147 produções científicas, distribuídas entre artigos em periódicos, livros organizados, capítulos de livros, resumos expandidos em anais de eventos e apresentações de trabalho. Esse conjunto demonstra não apenas quantitativa robustez, mas também pluralidade metodológica e temática, característica fundamental de grupos de pesquisa consolidados na área dos Direitos Humanos.

Destaca-se, em primeiro lugar, a produção de capítulos de livros (52), que constitui o principal eixo quantitativo da atuação do laboratório. Esse dado revela uma intensa participação em obras coletivas, indicando articulação acadêmica em redes de pesquisa e integração com diferentes autores e instituições. Os capítulos refletem, ainda, a vocação interdisciplinar do LADIHGES, abordando temas como gênero, diversidade sexual, direitos humanos, cultura e questões sociojurídicas.

Em seguida, observa-se forte presença em eventos científicos, somando-se 39 resumos expandidos e 45 apresentações de trabalho, o que totaliza 84 participações em congressos e encontros acadêmicos. Esse número expressivo evidencia o compromisso do laboratório com a circulação do conhecimento, a internacionalização acadêmica e o diálogo com a comunidade científica. A participação em eventos também indica inserção ativa em debates contemporâneos e atualização constante das agendas de pesquisa.

A produção em periódicos científicos, com 9 artigos publicados, embora numericamente menor, cumpre papel estratégico na consolidação da produção acadêmica, contribuindo para a qualificação científica e para a visibilidade institucional do laboratório em bases indexadas. Já a publicação de 2 livros organizados complementa esse cenário, demonstrando capacidade editorial e protagonismo na organização de obras de referência.

De forma geral, a análise dos dados demonstra que a produção do LADIHGES em 2025 apresenta um perfil fortemente orientado à formação, difusão e articulação acadêmica, com ênfase em atividades formativas (capítulos) e de circulação científica (eventos), sem prejuízo da produção qualificada em periódicos e livros.

Assim, o desempenho do laboratório no período evidencia não apenas produtividade elevada, mas também equilíbrio entre produção científica formal, divulgação acadêmica e impacto social, consolidando o LADIHGES como um núcleo relevante na pesquisa em Direitos Humanos, gênero e sexualidade no Brasil.

## **5 Gênero, sexualidade e Direitos Humanos: desafios contemporâneos e a necessidade de sensibilização social**

As discussões relativas ao gênero, às identidades e à sexualidade humana, bem como à proteção dos Direitos Humanos, estão historicamente marcadas por diversas formas de violência e restrições ao exercício da autonomia sobre os próprios corpos (Verbicaro Soares, 2021, p. 25). Essas violações não se limitam à esfera estatal, ainda que o Estado frequentemente falhe na garantia de direitos fundamentais, mas também se manifestam no âmbito familiar e em outros espaços sociais, evidenciando a complexidade estrutural dessas opressões.

A persistência dessas problemáticas revela um significativo déficit de conhecimento e sensibilização social acerca dessas temáticas, tanto no Brasil quanto em outros contextos internacionais. A insuficiente compreensão sobre diversidade de gênero e sexualidade compromete a efetivação de princípios básicos, como a dignidade da pessoa humana, e contribui para a reprodução de práticas discriminatórias e preconceituosas. Por sua abrangência e relevância, esses temas demandam esforços contínuos de educação e conscientização, especialmente diante da permanência de múltiplas formas de violência dirigidas a grupos historicamente marginalizados.

A abordagem dessas questões implica o reconhecimento de sua complexidade e diversidade, envolvendo aspectos relacionados à autoaceitação, à construção da identidade e ao desenvolvimento da sexualidade (Verbicaro Soares, 2016, p. 52). Ademais, tais vivências estão inseridas em contextos sociais frequentemente conservadores, marcados por influências religiosas e estruturados em padrões heteronormativos e cisonormativos (Verbicaro Soares, 2019, p. 10), o que intensifica os desafios enfrentados por indivíduos que não se enquadram nessas normas dominantes.

No caso específico das pessoas transgênero, as adversidades são ainda mais acentuadas, sobretudo quando sua identidade de gênero diverge dos padrões socialmente impostos (Verbicaro

Soares, 2019, p. 123). Essa realidade impõe obstáculos tanto no âmbito individual, relacionado à autoaceitação, quanto no plano coletivo, marcado pela busca por reconhecimento e respeito social. Nesse contexto, essas pessoas muitas vezes enfrentam uma dupla carga de preconceito: interna, decorrente das tensões subjetivas, e externa, imposta pela sociedade.

A gravidade desse cenário é evidenciada pelos dados que colocam o Brasil entre os países com maiores índices de violência relacionados a gênero e identidade de gênero. Casos de agressão física, psicológica e homicídios são recorrentes, afetando especialmente mulheres e pessoas transgênero. No estado de Roraima, esses indicadores também são preocupantes, reforçando a urgência de políticas públicas eficazes e de ações conjuntas entre Estado e sociedade civil voltadas à promoção da igualdade e à proteção desses grupos vulneráveis.

Nesse contexto, a negligência estatal no enfrentamento da transfobia contribui para a exclusão social, refletida, por exemplo, nos elevados índices de evasão escolar entre pessoas travestis e transexuais. Estima-se que grande parte dessa população não conclua a educação básica, o que limita significativamente seu acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho. Essa realidade é agravada pela insuficiência de políticas públicas nas áreas de educação, saúde e Direitos Humanos, que deveriam garantir condições dignas de vida e cidadania plena (Nogueira, 2018).

Dados adicionais reforçam a gravidade da situação. Entre os anos de 2017 e 2022, foram registrados 912 assassinatos de pessoas trans e não binárias no Brasil, conforme levantamento da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Especificamente, foram contabilizados 179 casos em 2017, 163 em 2018, 124 em 2019, 175 em 2020, 140 em 2021 e 131 em 2022 (Benevides, 2023, p. 109). Esses números evidenciam a vulnerabilidade extrema desses grupos e a necessidade urgente de políticas reparatórias e de proteção efetiva.

Nessa perspectiva, a literatura especializada aponta que pessoas transgênero são frequentemente submetidas a processos de marginalização social intensa, enfrentando estigmas que dificultam sua inserção em espaços educacionais e profissionais. Além disso, são recorrentes situações de exclusão no ambiente escolar, o que contribui para menores níveis de escolaridade e reduzidas oportunidades de acesso à universidade, evidenciando a necessidade de políticas inclusivas e estratégias de combate à exclusão social.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a implementação de políticas educacionais voltadas aos temas de gênero, sexualidade e Direitos Humanos, com o objetivo de ampliar o conhecimento social e promover a transformação de práticas discriminatórias (Verbicaro Soares, 2022, p. 118). Tais iniciativas devem priorizar o desenvolvimento da autonomia, da identidade e da dignidade dos indivíduos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Bustos, 2010, p. 237).

Paralelamente, é fundamental a articulação entre ações públicas e privadas para o enfrentamento das desigualdades que afetam grupos em situação de vulnerabilidade social, especialmente pessoas transgênero (Verbicaro Soares, 2011, p. 122). Essa atuação conjunta

é essencial para promover a igualdade material e garantir o acesso a direitos fundamentais, combatendo preconceitos e discriminações estruturais.

Outro aspecto relevante refere-se à estigmatização social dessas identidades, frequentemente associadas a discursos moralizantes que as classificam como desviantes, doentes ou perigosas (Verbicaro Soares, 2015, p. 613). Além disso, a construção de estereótipos contribui para restringir a visibilidade dessas pessoas a determinados nichos, como o setor da beleza ou o entretenimento, além de associá-las, de forma reducionista, à prostituição (Verbicaro Soares, 2018, p. 249). Essas representações limitadas reforçam a exclusão social e dificultam o reconhecimento pleno de suas capacidades e potencialidades.

Ademais, a reprodução de imagens caricaturais e estigmatizadas contribui para a manutenção de preconceitos, ampliando a invisibilidade dessas pessoas em outras áreas sociais e profissionais (Verbicaro Soares, 2021, p. 39). Tal cenário evidencia a necessidade de ampliar o debate público e acadêmico sobre essas questões, promovendo uma compreensão mais ampla e humanizada das identidades de gênero e das diversidades sexuais.

Dessa forma, o enfrentamento dessas problemáticas exige não apenas o fortalecimento de políticas públicas, mas também o compromisso contínuo de instituições de ensino, pesquisa e extensão na promoção de uma cultura de respeito, inclusão e valorização da diversidade. Somente por meio de ações integradas será possível avançar na construção de uma sociedade que garanta, de forma efetiva, os Direitos Humanos para todos.

## 6 Considerações finais

As experiências desenvolvidas por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (LADIHGES), no âmbito da Universidade Federal de Roraima, evidenciam o potencial transformador de práticas acadêmicas comprometidas com a promoção dos Direitos Humanos e com a valorização da diversidade. Para além da produção científica, o Laboratório tem contribuído para a construção de caminhos que favorecem a compreensão, o respeito e a inclusão de pessoas, independentemente de suas identidades de gênero ou orientações sexuais, consolidando-se como um espaço de articulação entre conhecimento e responsabilidade social.

Apesar dos avanços observados nas reformulações recentes do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Direito da UFRR, especialmente no que se refere à atualização de conteúdos curriculares e à inclusão de novas abordagens, permanece evidente a necessidade de aprofundamento das estratégias de sensibilização humanizada. Tal necessidade mostra-se ainda mais relevante diante das especificidades regionais, nas quais se destacam desafios relacionados a conflitos envolvendo povos indígenas, fluxos migratórios, desigualdades de gênero, identidades e diversidade sexual. Esses elementos demandam não apenas abordagem teórica, mas também práticas pedagógicas que dialoguem diretamente com a realidade local.

Nesse sentido, as ações do LADIHGES demonstram a importância de inserir de forma transversal e contínua os temas relativos aos Direitos Humanos, gênero e sexualidade nos espaços acadêmicos. As instituições de ensino superior, enquanto agentes centrais na formação de profissionais e cidadãos, devem assumir seu papel na produção de conhecimento crítico e na promoção de valores que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A sensibilização, nesse contexto, constitui um processo permanente, que requer compromisso institucional e engajamento coletivo para a superação de preconceitos e a construção de ambientes inclusivos.

Dessa forma, as iniciativas do LADIHGES representam um importante instrumento no enfrentamento das desigualdades sociais e das múltiplas formas de violência que atingem grupos historicamente marginalizados. Sua atuação no contexto roraimense revela-se particularmente relevante, considerando os desafios regionais que envolvem questões de gênero, identidade e sexualidade. A consolidação do Laboratório reflete não apenas sua pertinência institucional, mas também o crescente interesse de discentes, docentes e da comunidade externa na defesa e promoção dos Direitos Humanos.

Ademais, este estudo aponta para a necessidade de contínuo aprimoramento dos projetos pedagógicos, especialmente no que se refere à incorporação de temáticas contemporâneas e à adequação das práticas acadêmicas às demandas sociais emergentes. Espera-se que as reflexões aqui apresentadas contribuam para o fortalecimento do debate no curso de Direito da UFRR, bem como para a construção de novas diretrizes curriculares que dialoguem de forma mais efetiva com as realidades locais e nacionais.

Por fim, as práticas desenvolvidas pelo LADIHGES configuram-se como experiências exitosas que podem servir de referência para outras instituições de ensino jurídico e áreas afins. Destaca-se, em especial, o uso de metodologias inovadoras, como a articulação entre Direito e expressões artísticas, notadamente a música, como instrumento de sensibilização e reflexão crítica. Essa abordagem amplia as possibilidades de comunicação e aprendizagem, favorecendo a construção de vínculos e o desenvolvimento de uma consciência mais empática e engajada.

Assim, reafirma-se a importância de iniciativas que integrem conhecimento acadêmico e responsabilidade social, promovendo uma educação jurídica voltada à efetivação dos Direitos Humanos. Que as experiências do LADIHGES inspirem novas práticas institucionais e contribuam para o fortalecimento de uma cultura de respeito, inclusão e valorização da diversidade no ensino superior brasileiro.

## Referências

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022* / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

- BUSTOS, María Ángeles González. La transcendencia del sistema de función pública en el desarrollo de la igualdad. In: RUIZ, Manuela Mora. (Dir.) *Formación y objeto del Derecho antidiscriminatorio de género: perspectiva sistemática de la igualdad desde el Derecho público*. Barcelona, Espanha: Atelier, pp. 235-54, 2010.
- CAMPOS, Carmen Hein de; CASTILHO, Ela Volkmer de; MACHADO, Isadora Vier. “Violência de gênero e pandemia”. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 30 (2), p.1-12, 2022.
- DIREITOS HUMANOS LAB. *Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade*. 2023. Disponível em: <https://direitoshumanoslab.blogspot.com/?m=0>. Acesso em: 01 de jun. de 2026.
- EDITORA ILUSTRAÇÃO. *As Cores Da Música: Sensibilização sobre Direitos Humanos, gênero e sexualidade*. Disponível em: Editora Ilustração. Acesso em: 01 de jun. de 2026.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. 2012.
- NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim; CABRAL, Euclides Afonso (Org.). DOSSIÊ: *A carne mais barata do mercado*. Observatório Trans, Uberlândia (MG), 2018. Disponível em: Home (observatoriotrans.org). Acesso em: 01 de jun. de 2026.
- RODRIGUES, Horácio Wanderley. *Ensino Jurídico e Formação Crítica*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SOARES, Douglas Verbicaro. *Estudio sobre la orientación homosexual, género y sus identidades en las Fuerzas Armadas de Brasil* [recurso eletrônico] / Douglas Verbicaro Soares. Cruz Alta: Ilustração, 2024.
- SOARES, Douglas Verbicaro; CASTILHO, Ela Wiecko V. de. Transgêneros e Forças Armadas. In: *Anais do II Congresso internacional “Dignidade humana em tempos de (pós) pandemia: direito e democracia no Brasil contemporâneo. Anais...* Blumenau (SC) FURB, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ii-congresso-internacional-dignidade-humana-em-tempos-de-pandemia-direito-e-democracia-no-brasil-contemporaneo-316015/620189-TRANSGENEROS-E-FORCAS-ARMADAS>. Acesso em: 01 de jun. de 2026.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. *Curso*. Boa Vista, 2022. Disponível em: [https://sigaa.ufr.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt\\_BR&id=581618](https://sigaa.ufr.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=581618). Acesso em: Acesso em: 01 de jun. de 2026.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. *UFRR oferta aulas introdutórias de boxe para mulheres e membros da comunidade LGBTQI+*. 2022a. Disponível em: <https://ufr.br/ultimas-noticias/8294-ufr-offerta-aulas-introdutorias-de-boxe-para-mulheres-e-membros-da-comunidade-lgbtqi>. Acesso em: 01 de jun. de 2026.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. *Produção Intelectual*. 2023. Disponível em: SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (ufr.br). Acesso em: 01 de jun. de 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. *Projetos de pesquisa*. 2024. Disponível em: SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (ufr.br). Acesso em: 01 de jun. de 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito*. Boa Vista, 2015. Disponível em: [https://sigaa.ufr.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt\\_BR&id=581618](https://sigaa.ufr.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=581618). Acesso em: 01 de jun. de 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. *UFRR revitaliza Núcleo de Práticas Jurídicas*. 2022b. Disponível em: <https://ufr.br/ultimas-noticias/7983-ufrr-revitaliza-nucleo-de-praticas-juridicas>. Acesso em: 01 de jun. de 2026.

VERBICARO SOARES, Douglas. A condenação histórica da orientação sexual homossexual – as origens da discriminação à diversidade sexual humana: violações aos direitos sexuais – reflexos do Brasil Colônia ao Século XXI. In.: *Revista Latino-Americana de Direitos Humanos - HENDU*. V. 7, número 1, p.50-64, 2016.

VERBICARO SOARES, Douglas. A Sensibilização em Direitos Humanos no Ensino, Pesquisa e Extensão das Disciplinas de Práticas Jurídicas Reais da Universidade Federal de Roraima. In.: *Revista Extensão*, 8(1), 41-57, 2024.

VERBICARO SOARES, Douglas. Discriminação homossexual na ideologia cristã. In.: *Revista Missioneira*. Santo Ângelo, Brasil, v. 21, n. 1, p. 10-35, 2019.

VERBICARO SOARES, Douglas. Estudos sobre Direitos Humanos e sexualidade. In.: *Revista ESMAT*, v. 14, p. 117-142, 2022.

VERBICARO SOARES, Douglas. Et al.: “Formación en Derechos Humanos, Influencia Estudios Universitarios Entre España (Salamanca) Y Brasil (Roraima)”. In: HARTEMINK CANTINI, A.; HARTEMINK CANTINI, J.; CARREGOSA ROCHA, S. (org.). *Direitos Humanos e Perspectivas Interdisciplinares*. São Borja/RS: Editora Center, 2021.

VERBICARO SOARES, Douglas. *Homossexualidade e Forças Armadas. A busca pela efetividade dos Direitos Humanos no Brasil*. Trabajo de Grado. Universidad de Salamanca: Programa de Doctorado Pasado y presente de los Derechos Humanos, Salamanca, España, 2011.

VERBICARO SOARES, Douglas. La homosexualidad en preceptos de la religiosidad cristiana. In.: *Revista Missioneira*, v. 23, n. 1, p. 23-35, 2021.

VERBICARO SOARES, Douglas. *La libertad sexual en la sociedad: especial referencia a la homosexualidad en las Fuerzas Armadas Brasileñas*. Tesis Doctoral del Programa de Doctorado Pasado y Presente de los Derechos Humanos, Universidad de Salamanca - USAL, Salamanca, España, 2015, 791 p.

VERBICARO SOARES, Douglas. O estudo da orientação homossexual pensado nos Direitos Humanos e na sociedade brasileira. In.: *Revista Bagoas – Estudos gays, gênero & sexualidades*. V. 13, nº 20, p.121-163, 2019.

VERBICARO SOARES, Douglas. A visibilidade de docentes mulheres no curso de Direito da Universidade Federal de Roraima: Estudo de caso entre 2019 e 2023. In: II Semana Internacional sobre Educação, Direitos Humanos, Diversidade Sexual e Gênero, 2024, Rio de Janeiro. *Anais da II Semana Internacional sobre Educação, Direitos Humanos, Diversidade Sexual*

*e Gênero*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Advocacia - Ilha do Governador - RJ Ordem dos Advogados do Brasil - Ilha do Governador, 2024.

VERBICARO SOARES, Douglas. O Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade. *Revista ESMAT*, 18 (1), 123–148, 2026.

VERBICARO SOARES, Douglas. O Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade da Universidade Federal De Roraima - LADIHGES/UFRR: Ações E Estratégias. In: II Semana Internacional sobre Educação, Direitos Humanos, Diversidade Sexual e Gênero, 2024, Rio de Janeiro. *Anais da II Semana Internacional sobre Educação, Direitos Humanos, Diversidade Sexual e Gênero*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Advocacia - Ilha do Governador - RJ Ordem dos Advogados do Brasil - Ilha do Governador, 2024.

VERBICARO SOARES, Douglas. Transgêneros e Forças Armadas Brasileiras: Os Caminhos Para a Inclusão Social Dessas Pessoas na Sociedade Brasileira. In.: *Revista Direitos Humanos e Democracia*. Ano 9, nº 18, jul./dez., p. 37-57, 2021.

VERBICARO SOARES, Douglas. Transgêneros e o direito ao voto cidadão de 2018 no Brasil. In.: *Revista BAGOAS*. Natal, Brasil, v. 12, n. 19, p. 240-70, 2018.

WARAT, Luis Alberto. *Introdução Geral ao Direito*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1995.